



PROJETO BÁSICO

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de construção e requalificação de passeios públicos, com adequação às normas de acessibilidade, no Município de Camaçari, distribuídos em 02 (dois) lotes.

Projeto Básico: Nº 051 /2026

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	JUSTIFICATIVA	5
3.	LOCAL DE EXECUÇÃO	6
4.	ESCOPO DAS ATIVIDADES	6
	5.1 Descritivo técnico de execução	7
5.	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	8
6.	PRAZOS E VIGÊNCIA	8
	6.1 Vigência	9
	6.2 Prazo de execução	9
7.	MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO	9
8.	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9
	8.1. Valor	9
	8.2 Dotação Orçamentária	10
9.	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	10
10.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	15
	10.1 Enquadramento da contratação	15
	10.2 Subcontratação	15
	10.3 Consórcio	16
	10.4 Garantia da contratação	17
	10.5 Parcela de relevância	18
	10.6 Vistoria	18
	10.7 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação)	19
11.	OBRIGAÇÕES:	19
	11.1 Da Contratada	19
	11.1.1 Apresentação de Relatórios, Laudos Técnicos e Documentação	19
	11.1.2 Execução Contratual, Responsabilidade Técnica e Representação	20
	11.1.3 Recursos Humanos, Materiais e Suporte Operacional	21
	11.1.4 Regularidade Legal, Ambiental e Profissional	21
	11.1.5 Obrigações Técnicas	22
	11.1.6 Documentação de Obra e Controle Técnico	22
	11.1.7 Segurança e saúde no trabalho	23
	11.2 Da Contratante	25

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

11.2.1 Acompanhamento, Fiscalização e Gestão Contratual.....	25
11.2.2 Ordens de Serviço e Direcionamento da Execução	25
11.2.3 Controle de Qualidade, Aceitação e Rejeição de Serviços	26
11.2.4 Medição, Pagamento e Sanções.....	26
11.2.5 Cooperação Institucional e Apoio à Execução.....	27
11.2.6 Segurança do trabalho	27
12. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO	28
13. SANÇÕES	30
ANEXO – PROJETO PADRÃO PAVIMENTAÇÃO	31

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Básico tem objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de construção e requalificação de passeios públicos, com adequação às normas de acessibilidade, no Município de Camaçari, distribuídos em 02 (dois) lotes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Todos os serviços a serem executados deverão observar integralmente as seguintes diretrizes, normas e padrões técnicos, bem como a legislação vigente aplicável à execução de obras públicas de engenharia:

a. Legislação Aplicável

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 15.210/2025 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e suas alterações posteriores;
- Lei Municipal nº 803, de 11 de julho de 2007 – Dispõe sobre normas locais correlatas aplicáveis à matéria;
- Decreto Municipal nº 7.903/2023 – Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Camaçari/BA;
- Demais legislações federais, estaduais e municipais correlatas às obras de engenharia, ao meio ambiente, à segurança do trabalho e às contratações públicas.

b. Normas Técnicas e Operacionais

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cabíveis aos serviços de construção civil, com destaque para a NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- Na ausência de normas brasileiras aplicáveis, deverão ser observadas as normas internacionais equivalentes, preferencialmente aquelas editadas por entidades reconhecidas, tais como a ISO (International Organization for Standardization) e a ASTM (American Society for Testing and Materials).
- c. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental
- A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, bem como as condições estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Camaçari (SEDUR), responsável pelo licenciamento ambiental no âmbito municipal.

2. JUSTIFICATIVA

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de construção e requalificação de passeios públicos, com adequação às normas de acessibilidade, no Município de Camaçari, distribuídos em 02 (dois) lotes, justifica-se pela necessidade de melhoria da infraestrutura urbana destinada à circulação de pedestres, promovendo maior segurança, acessibilidade e conforto à população.

Em diversos trechos do município verifica-se a inexistência, deterioração ou inadequação de passeios públicos, situação que compromete a mobilidade urbana, dificulta o deslocamento seguro de pedestres e, especialmente, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em desacordo com as normas vigentes de acessibilidade.

Nesse contexto, a execução das intervenções previstas visa promover a implantação de novos passeios, bem como a reforma e adequação dos existentes, garantindo a padronização das calçadas, a melhoria das condições de trafegabilidade e o atendimento às normas técnicas aplicáveis, em especial às diretrizes de acessibilidade estabelecidas pela legislação e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

A iniciativa contribui ainda para a qualificação do espaço urbano, valorização das áreas públicas, melhoria das condições de mobilidade ativa e promoção de maior integração entre os espaços urbanos e a população.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

Os resultados esperados com a execução das obras são:

- melhorar as condições de circulação de pedestres, promovendo maior segurança e conforto nos deslocamentos cotidianos;
- garantir acessibilidade universal, mediante implantação de rampas, pisos adequados e demais elementos previstos nas normas técnicas;
- recuperar e padronizar passeios públicos existentes que se encontram deteriorados ou inadequados;
- estimular a mobilidade urbana sustentável, incentivando os deslocamentos a pé;
- promover a valorização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO

Sede (**lote 01**): Diversas localidades da sede do município.

Orla (**lote 02**): Diversas localidades da orla do município.

4. ESCOPO DAS ATIVIDADES

O escopo dos serviços a serem contratados encontra-se detalhado e quantificado na Planilha Orçamentária Sintética integrante do presente Estudo Técnico Preliminar, devendo ser executado por empresa especializada em engenharia, em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com destaque para a ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), bem como às demais normas correlatas e às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Infraestrutura do Município de Camaçari.

A contratação compreende a execução de obras de implantação, reforma e adequação de passeios públicos, contemplando a construção de novos trechos e a recuperação de passeios existentes, com vistas à melhoria das condições de circulação de pedestres, padronização das calçadas e atendimento às normas de acessibilidade.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

5.1 Descritivo técnico de execução

- Demolição, retirada e remoção de pavimentação existente, quando necessário, incluindo a carga, transporte e destinação adequada dos materiais provenientes das demolições;
- Regularização, escavação e preparo do subleito, bem como execução de camadas de base e sub-base necessárias à implantação da pavimentação dos passeios;
- Execução de pavimentação de passeios públicos em concreto moldado in loco, piso intertravado ou outro revestimento especificado em planilha, garantindo adequada resistência, durabilidade e conforto ao deslocamento de pedestres;
- Implantação, recuperação ou substituição de meio-fio, sarjetas e elementos de contenção lateral, quando necessário à adequada delimitação dos passeios;
- Execução de rampas de acessibilidade para pedestres e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as exigências da ABNT NBR 9050;
- Implantação de piso tátil direcional e de alerta, destinado à orientação e segurança de pessoas com deficiência visual;
- Adequação geométrica dos passeios, garantindo largura mínima de circulação, áreas livres de obstáculos e condições adequadas de mobilidade para todos os usuários;
- Execução de dispositivos de drenagem superficial e demais soluções necessárias ao adequado escoamento das águas pluviais, evitando acúmulo de água e degradação da pavimentação;
- Ajustes e recomposição de áreas adjacentes afetadas pelas intervenções, incluindo eventuais serviços complementares necessários à perfeita execução das obras;
- Execução de todos os serviços auxiliares e complementares indispensáveis à entrega da obra em condições adequadas de funcionamento, segurança e durabilidade.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo licitatório,

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

assegurando o atendimento aos padrões técnicos exigidos e à qualidade das intervenções realizadas.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão atender à legislação vigente, às Normas ABNT, às legislações vigentes de acessibilidade (NBR 9050), às especificações deste edital e normas e cadernos de encargos operacionais da CONTRATANTE, e à Ordem de Serviço e seus anexos.

- Na ausência de normas brasileiras deverão ser usadas as normas internacionais cabíveis.
- Todos os trabalhos serão gerenciados e coordenados pela equipe de gerenciamento da CONTRATADA, assessorando-se tecnicamente com os técnicos da CONTRATANTE.
- Os serviços serão ordenados em função das demandas de obras e serviços específicos desta licitação em atendimento às programações do planejamento operacional da CONTRATANTE.
- Os técnicos da CONTRATANTE envolvidos com os trabalhos deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.
- O prazo de entrega de cada etapa é definido em dias corridos, contados a partir da entrega de cada ordem de serviço.
- A equipe técnica para realização dos serviços de campo deverá contar com equipe de apoio no escritório central da CONTRATADA, a qual deverá dispor de técnicos com larga experiência em serviços similares para dar o suporte à equipe de campo.

6. PRAZOS E VIGÊNCIA

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

6.1 Vigência

O prazo de vigência/duração do CONTRATO é de 18 (dezoito) meses a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

6.2 Prazo de execução

Conforme o Cronograma Físico-Financeiro, o prazo total estimado para execução é de 15 (quinze) meses, com etapas mensais de execução física e desembolso financeiro, contados a partir da Ordem de Serviço - OS.

7. MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura (na forma da legislação em vigor), devidamente atestada pelo órgão solicitante, correspondente aos serviços efetivamente fornecidos e medidos parcialmente, conforme ordens de serviços emitidas e respectivos boletins de medição.

Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura devidamente corrigida.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em referências oficiais de custos de obras públicas, especialmente SINAPI e ORSE, acrescidas de composições específicas quando necessário.

8.1. Valor

O valor total estimado para a contratação é de: R\$ 27.016.032,97 (Vinte e sete milhões,

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

dezesseis mil e trinta e dois reais e noventa e sete centavos).

- **LOTE 01 (SEDE):** R\$ 16.225.157,02
- **LOTE 02 (ORLA):** R\$ 10.790.875,95

8.2 Dotação Orçamentária

Projeto/Atividade: 3030

Elemento de Despesa: 339039/449051

Fonte: 1500

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica têm por finalidade comprovar que a licitante possui qualificação técnica compatível com a adequada execução do objeto contratual.

a) Registro em entidade profissional:

A licitante deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição com validade vigente, tanto da empresa quanto de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), correspondente à sua área de atuação.

b) Atestados de capacidade técnica:

b.1) Capacidade técnico-operacional:

Apresentar **atestado** em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado, sendo exigida, a comprovação da execução dos seguintes itens:

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

• LOTE 01

Descrição	Und	Quant.
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_03/2023	m³	896
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	7.500
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	5.000
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	4.000
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	2.500

• LOTE 02

DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	m³	588
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM	m²	3.500
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM	m²	3.500
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM.	m²	2.400

b.2) Capacidade técnico-profissional:

Apresentar **atestado** em nome do(s) profissional(is) que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução contratual, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo a serviços compatíveis com o objeto licitado, devidamente registrado no conselho profissional competente e acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, contendo os seguintes itens:

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- LOTE 01**

DESCRIÇÃO
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_03/2023
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022
IMPERMEABILIZAÇÃO - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MANTA GEOTÉXTIL RT-16, RESISTENCIA A TRAÇÃO=16 KN/M (ANTIGO BIDIM OP-30 OU SIMILAR) EM COLCHÕES DRENANTES
EXECUÇÃO DE ESCADA DRENANTE, DESTINADA AO CONTROLE DE ESCOAMENTO SUPERFICIAL
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022
GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX (NBR 9050)

- LOTE 02**

Descrição
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_03/2023
GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX (NBR 9050)
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022
EXECUÇÃO DE ESCADA DRENANTE, DESTINADA AO CONTROLE DE ESCOAMENTO SUPERFICIAL
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022
IMPERMEABILIZAÇÃO - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MANTA GEOTÉXTIL RT-16, RESISTENCIA A TRAÇÃO=16 KN/M (ANTIGO BIDIM OP-30 OU SIMILAR) EM COLCHÕES DRENANTES
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

Observações importantes:

1. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição responsável contendo: CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função do signatário, bem como descrição do objeto, das atividades realizadas e o período da execução contratual.
2. Será aceito atestado único que contemple tanto a licitante quanto o(s) responsável(eis) técnico(s), desde que ambos estejam expressamente mencionados no documento.
3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante, pela própria licitante ou por empresas nas quais figurem como sócios ou diretores pessoas que também integrem a licitante.
4. Serão preferencialmente aceitos atestados de capacidade técnica relacionados ao objeto licitado ou a serviços similares.
5. Para fins de comprovação da qualificação técnica exigida neste Projeto Básico, os atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes deverão observar, obrigatoriamente, as seguintes disposições:
 - a. Os atestados deverão estar claramente identificados, com destaque visual (grifo, marcação, etiqueta ou outro meio inequívoco) exatamente nos trechos que comprovem o atendimento às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, conforme definidas neste Projeto Básico.
 - b. A licitante deverá apresentar, em conjunto com os atestados, tabela-resumo de correlação, contendo, no mínimo:
 - descrição do serviço exigido no Projeto Básico;
 - descrição do serviço constante no atestado;
 - quantitativo exigido;
 - quantitativo comprovado;
 - número do atestado correspondente;

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- número(s) da(s) página(s) do documento onde o serviço e o quantitativo podem ser localizados.
- c. A ausência da tabela de correlação, bem como a não identificação clara das informações relevantes nos atestados apresentados, poderá ensejar a não consideração do documento para fins de habilitação, por dificultar ou impedir a verificação objetiva do atendimento às exigências técnicas.
- d. Não será admitida interpretação extensiva ou presunção de atendimento a partir de informações genéricas, sendo responsabilidade exclusiva da licitante demonstrar, de forma clara, objetiva e verificável, a compatibilidade entre os serviços executados e o objeto licitado.

c) Indicação de equipe técnica e infraestrutura:

Indicação da equipe técnica chave mínima (engenheiro e técnico de segurança), das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica chave que se responsabilizará pelos trabalhos. Os profissionais da equipe chave indicados pelo licitante deverão participar do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

d) Declaração de conhecimento das condições locais:

A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações contratadas.

e) Declaração de Conformidade Ambiental:

A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que os materiais de origem mineral (tais como areia, brita, cascalho, argila e outros) a serem empregados na execução dos serviços previstos na planilha orçamentária serão adquiridos de jazidas, pedreiras ou usinas que possuam licença ambiental emitida pelo órgão competente, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1 Enquadramento da contratação

O objeto a ser contratado enquadra-se como **obra de engenharia**, nos termos da legislação vigente. Os serviços que compõem as obras estão integralmente enquadrados como **serviços comuns de engenharia**, por serem caracterizados por ações objetivamente padronizáveis quanto ao desempenho e à qualidade, com especificações técnicas amplamente conhecidas e consolidadas no setor.

As características técnicas dos serviços podem ser aferidas de forma objetiva, conforme descrito nas planilhas orçamentárias, especificações técnicas e cadernos de encargos publicados por órgãos de referência do setor, tais como DNIT, SINAPI, ORSE, SBC, entre outros, bem como por meio do acompanhamento da execução, medições e da realização de ensaios padronizados previstos em normas técnicas específicas.

Complementarmente, em análise à **Nota Técnica IBR-001/2021 do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas)**, verifica-se que, para a presente contratação:

- a mão de obra, os equipamentos e os materiais empregados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado;
- os serviços integrantes do objeto são de conhecimento geral, possuindo características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive pelos executores diretos da obra.

Diante dessas características, conclui-se que o objeto da presente contratação **pode ser enquadrado como obra comum de engenharia**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com procedimentos licitatórios que adotem critérios objetivos de julgamento, sem prejuízo da adequada fiscalização técnica e do atendimento às normas aplicáveis.

10.2 Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

total do CONTRATO, nas seguintes condições, conforme Lei Municipal nº 803 de 11 de julho de 2007.

- A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.3 Consórcio

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que exige execução uniforme, atuação centralizada e responsabilidade técnica indivisível, não será admitida a participação de consórcios no certame.

A vedação justifica-se pelos seguintes motivos:

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- **Unicidade da Responsabilidade Técnica e Operacional:** O objeto demanda controle técnico contínuo, com responsabilidade única pela execução, o que inviabiliza a divisão de atribuições entre consorciados e dificulta o acompanhamento, a fiscalização e eventual responsabilização.
- **Complexidade Administrativa na Gestão Contratual:** A participação de consórcios implicaria a necessidade de análise de documentos adicionais (contrato de constituição, garantias compartilhadas, etc.) e dificultaria o gerenciamento do CONTRATO, inclusive para aplicação de sanções e exigência de responsabilidades contratuais.
- **Razoabilidade e Eficiência:** Com base no princípio da eficiência e no dever de planejamento, opta-se por vedar consórcios a fim de reduzir riscos contratuais, simplificar a gestão do CONTRATO e garantir a celeridade na execução.
- **A ausência de consórcio** não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios só é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Portanto, em consonância com o artigo 15, da Lei nº 14.133/2021, e fundamentado na necessidade de garantir a adequada execução contratual com segurança técnica e jurídica, justifica-se a vedação à participação de consórcios nesta contratação.

10.4 Garantia da contratação

Será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do CONTRATO.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do CONTRATO.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

O CONTRATO oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

10.5 Parcela de relevância

Considerando a natureza do objeto licitado e a análise da Curva ABC de Serviços, identificaram-se itens de alta representatividade no custo total da contratação, além de demandarem domínio técnico e operacional especializado.

Dentre os serviços listados, destacam-se como parcelas de maior relevância técnica aquelas indicadas nas alíneas no item 11.

Dessa forma, faz-se necessária a exigência de comprovação de experiência anterior na execução dessas parcelas, como condição de habilitação técnica das licitantes, nos termos do Art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, que permite exigir aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, notadamente aquelas tecnicamente mais relevantes.

Art. 67, §1º, Lei 14.133/2021 – “Poderá ser exigida dos licitantes a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, inclusive por meio da exigência de que a pessoa jurídica tenha executado anteriormente parcela de relevância técnica.”

A adoção desse critério busca assegurar a seleção de empresas tecnicamente aptas, reduzindo riscos contratuais, garantindo a execução conforme os padrões estabelecidos e protegendo o interesse público por meio da adequada aplicação dos recursos municipais.

10.6 Vistoria

A visita técnica é facultativa, sendo responsabilidade da licitante obter todas as informações necessárias para elaboração de sua proposta.

A comprovação da visita será emitida pela **Secretaria da Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Camaçari (SEINFRA)**, devendo ocorrer anteriormente à data de apresentação da proposta.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

A visita técnica deverá ser agendada previamente pelo telefone (71) 3644-9704, ou pelo email gabinete.seinfra@camacari.ba.gov.br.

Para a realização da visita, o representante da empresa interessada deverá apresentar declaração emitida pela licitante, comprovando seu credenciamento e autorização para representá-la.

Não será permitida a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

10.7 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação)

Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida, como condição de participação no certame, a apresentação de garantia de proposta, com prazo de validade mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Conforme o disposto no § 4º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida Lei.

Para fins de manutenção da condição de proponente habilitada e de regular participação no certame, as licitantes que apresentarem propostas deverão, obrigatoriamente, anexar a garantia de proposta no próprio sistema eletrônico de licitações, sob pena de inabilitação, inclusive aplicação das sanções administrativas cabíveis, para apuração de eventual declaração falsa ou conduta inidônea perante o Município.

11. OBRIGAÇÕES:

11.1 Da Contratada

11.1.1 Apresentação de Relatórios, Laudos Técnicos e Documentação

A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, **Relatório Técnico Mensal** referente aos serviços e obras executados no período, contendo, no mínimo:

a) identificação das datas de execução dos serviços e das respectivas Ordens de Serviço;

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- b) identificação do responsável técnico pela execução, com indicação do profissional habilitado e das respectivas **ARTs ou RRTs**, quando aplicável;
- c) descrição detalhada dos serviços realizados, em conformidade com o escopo definido nas Ordens de Serviço e no cronograma aprovado;
- d) registro das condições das áreas, unidades ou frentes de obra atendidas, indicando, quando pertinente, necessidades de adequações, ajustes técnicos ou correções;
- e) registro das ocorrências verificadas no período, incluindo intervenções corretivas, preventivas ou emergenciais eventualmente realizadas;
- f) registro fotográfico representativo das atividades executadas e das condições verificadas, preferencialmente com georreferenciamento, quando aplicável;
- g) nos casos em que não houver ocorrências relevantes, deverá constar expressamente a anotação “**sem ocorrências**”, com data e identificação do responsável técnico.

11.1.2 Execução Contratual, Responsabilidade Técnica e Representação

- a) cumprir fielmente o presente Contrato, o Termo de Referência, o Projeto Básico e os demais documentos técnicos, executando os serviços e obras sob sua **inteira responsabilidade**, dentro dos prazos e condições acordados;
- b) manter, durante toda a execução contratual, **representante legal e técnico qualificado**, com poderes para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE;
- c) substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que apresente desempenho técnico insuficiente ou comportamento incompatível com a execução dos serviços;
- d) comunicar imediatamente e por escrito à CONTRATANTE qualquer anormalidade, interferência ou risco identificado na execução dos serviços ou das obras;

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

e) responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

11.1.3 Recursos Humanos, Materiais e Suporte Operacional

a) manter pessoal devidamente capacitado, uniformizado, identificado com crachá funcional e em conformidade com as **Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho**, utilizando EPIs e EPCs adequados;

b) executar todos os serviços e obras previstos neste Termo, utilizando materiais, equipamentos e sistemas previamente aprovados pela CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los quando não atenderem às especificações técnicas;

c) substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, quaisquer materiais ou serviços rejeitados pela fiscalização;

d) assumir integral responsabilidade por transporte, mobilização, desmobilização, logística e demais despesas necessárias à execução do objeto.

e) A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de execução das obras, 01 (um) automóvel, com no mínimo 04 (quatro) portas, ar-condicionado, direção hidráulica, seguro total e cota de combustível (300l), exclusivamente à disposição da fiscalização da CONTRATANTE, sendo todos os custos de aquisição, locação, manutenção, seguro, combustível e encargos de responsabilidade integral da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.1.4 Regularidade Legal, Ambiental e Profissional

a) manter, durante toda a vigência contratual, todas as **condições de habilitação e qualificação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental** exigidas na licitação;

b) registrar o contrato no **CREA/BA ou CAU/BA**, arcando integralmente com os custos correspondentes;

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- c) apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da Ordem de Serviço inicial, as respectivas **ARTs ou RRTs**, devidamente quitadas;
- d) apresentar declaração de origem de materiais minerais, comprovando que são provenientes de jazidas devidamente licenciadas;
- e) cumprir integralmente a legislação ambiental, de resíduos sólidos, segurança do trabalho e demais normas técnicas aplicáveis.

11.1.5 Obrigações Técnicas

- a) subcontratar apenas mediante autorização prévia da CONTRATANTE, permanecendo integralmente responsável pelos serviços subcontratados;
- b) elaborar e entregar, ao final do contrato, **projetos “as built” em plataforma BIM**.
- c) assegurar que todos os levantamentos e estudos sejam executados com precisão compatível com as normas técnicas vigentes, garantindo confiabilidade e rastreabilidade dos dados;
- d) adotar medidas para evitar interferências, riscos à segurança, impactos ambientais e inconsistências técnicas;
- e) garantir a sinalização, organização e limpeza das áreas de trabalho, removendo materiais provisórios ao final das atividades;
- f) entregar todos os produtos técnicos conforme os padrões exigidos pela Administração, relatórios técnicos, arquivos digitais e documentação de validação.

11.1.6 Documentação de Obra e Controle Técnico

A CONTRATADA deverá manter disponível à fiscalização, em canteiro de obras ou meio digital oficial:

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- a) projetos, especificações técnicas e caderno de encargos, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos;
- b) contratos, termos aditivos, **Diário de Obra ou Livro de Ordem**, relatórios ambientais, **PGR**, registros de controle de qualidade e demais documentos exigidos contratualmente.

11.1.7 Segurança e saúde no trabalho

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista e as **Normas Regulamentadoras – NR**, relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, responsabilizando-se pela adoção de todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais durante a execução dos serviços.

Para tanto, deverão ser observadas as seguintes disposições:

a) Apresentar, previamente ao início da execução dos serviços e sempre que solicitado pela fiscalização, os seguintes documentos de Segurança e Saúde no Trabalho:

- **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;**
- **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;**
- **Atestados de Saúde Ocupacional – ASO** dos colaboradores envolvidos na execução contratual;
- **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT**, quando aplicável;
- **Mapa de Riscos** atualizado do ambiente de trabalho;
- **Comprovação da realização dos treinamentos obrigatórios**, compatíveis com as atividades exercidas por cada função, conforme as Normas Regulamentadoras pertinentes.

b) Fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores todos os **Equipamentos de Proteção Individual – EPI** adequados aos riscos das atividades, em perfeito estado de conservação e

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

funcionamento, bem como exigir e fiscalizar sua utilização durante toda a execução dos serviços, nos termos da **NR-06**.

c) Implantar, quando necessário, **Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC**, sinalização de segurança, isolamento de áreas de risco e demais medidas de proteção coletiva necessárias à prevenção de acidentes.

d) Garantir que todos os trabalhadores estejam devidamente **treinados, capacitados e habilitados** para o exercício das atividades a serem desempenhadas, especialmente para aquelas consideradas de risco, observando-se as exigências das Normas Regulamentadoras aplicáveis.

e) Promover **Diálogos Diários de Segurança – DDS** ou outras ações educativas de prevenção de acidentes, sempre que a natureza das atividades assim exigir.

f) Manter no local de execução dos serviços **responsável técnico ou profissional designado para acompanhamento das condições de segurança do trabalho**, sempre que a complexidade ou o risco das atividades assim demandar.

g) Comunicar imediatamente à fiscalização da CONTRATANTE a ocorrência de qualquer **acidente de trabalho**, adotando as providências cabíveis e emitindo a respectiva **Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT**, quando aplicável.

h) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer **acidentes de trabalho, danos pessoais ou materiais** causados a seus empregados, a terceiros ou ao patrimônio público ou privado, decorrentes da execução dos serviços.

i) Manter a área de execução dos serviços **organizada, sinalizada e em condições seguras**, garantindo a proteção de trabalhadores, usuários das vias e terceiros eventualmente expostos aos riscos das atividades.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

j) Atender prontamente às determinações da fiscalização quanto à **adoção de medidas adicionais de segurança**, sempre que identificadas situações que possam comprometer a integridade física dos trabalhadores ou de terceiros.

11.2 Da Contratante

11.2.1 Acompanhamento, Fiscalização e Gestão Contratual

Compete à CONTRATANTE acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, de modo a assegurar o fiel cumprimento das condições pactuadas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução das obras, em todas as suas fases, verificando a conformidade com o Contrato, o Termo de Referência, o Projeto Básico, e demais documentos técnicos;
- b) conferir as **Notas Fiscais/Faturas**, os Relatórios Técnicos, os Boletins de Medição, as Memórias de Cálculo, os Relatórios Fotográficos e demais documentos exigidos para fins de pagamento, procedendo ao respectivo **atesto**, que certifica o recebimento provisório dos serviços executados;
- c) designar formalmente **representante(s) da Administração**, gestor(es) e fiscal(is) do contrato, devidamente habilitados, para acompanhar, fiscalizar, aferir, atestar e registrar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2 Ordens de Serviço e Direcionamento da Execução

- a) ativar, suspender ou desativar o contrato mediante emissão de **Ordem de Serviço**, expedida pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, definindo os serviços autorizados, os prazos de execução, as frentes de trabalho e demais condições operacionais;
- b) emitir **Ordens de Serviço parciais ou complementares**, quando necessário, autorizando a execução progressiva das etapas do objeto, as quais integrarão a documentação

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

comprobatória da execução, juntamente com os Boletins de Medição, Memórias de Cálculo e Relatórios Fotográficos do “antes e depois”;

c) prestar orientações técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução do contrato, sempre que houver interface entre as atividades da CONTRATANTE e os empregados ou prepostos da CONTRATADA.

11.2.3 Controle de Qualidade, Aceitação e Rejeição de Serviços

a) verificar a qualidade técnica dos serviços e obras executados, podendo solicitar ensaios, testes, esclarecimentos, ajustes ou complementações, sempre que julgar necessário;

b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e obras executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou obrigações assumidas pela CONTRATADA, determinando a sua correção ou reexecução, sem ônus adicional para a Administração;

c) comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução contratual, exigindo as providências cabíveis dentro dos prazos estabelecidos.

11.2.4 Medição, Pagamento e Sanções

a) providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, observada a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais;

b) efetuar o pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização;

c) aplicar as **sanções administrativas cabíveis**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato, em caso de inexecução total ou parcial, atraso, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

11.2.5 Cooperação Institucional e Apoio à Execução

- a) prestar apoio institucional à execução do contrato, incluindo a liberação de frentes de serviço, articulação com outros órgãos municipais e fornecimento tempestivo das informações sob sua responsabilidade;
- b) garantir o acesso da CONTRATADA às áreas autorizadas para execução dos serviços, observadas as condições legais, ambientais e urbanísticas aplicáveis;
- c) atuar de forma coordenada com a CONTRATADA, preservando a autonomia técnica desta, sem prejuízo do exercício regular da fiscalização e do controle administrativo.

11.2.6 Segurança do trabalho

Compete à CONTRATANTE, no âmbito de suas atribuições institucionais e de fiscalização contratual, adotar as seguintes providências relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho:

- a) Designar servidor ou equipe responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, observando o cumprimento das obrigações relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente.
- b) Exigir da CONTRATADA a apresentação da documentação relativa à Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo PGR, PCMSO, ASO, LTCAT, treinamentos obrigatórios e demais documentos pertinentes, previamente ao início das atividades e sempre que solicitado durante a execução contratual.
- c) Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de situações de risco, irregularidades ou descumprimento das normas de segurança, determinando a adoção imediata das medidas corretivas necessárias.
- d) Suspender, quando necessário, a execução de atividades que apresentem risco iminente à integridade física de trabalhadores ou de terceiros, até que sejam adotadas as providências adequadas pela CONTRATADA.

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

e) Garantir o acesso da CONTRATADA às áreas necessárias à execução dos serviços, observadas as condições de segurança e as normas aplicáveis.

f) Acompanhar e registrar, por meio da fiscalização contratual, o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do trabalho, sem que isso implique transferência de responsabilidade da CONTRATADA, que permanece integralmente responsável pela adoção e manutenção das medidas de prevenção de acidentes e proteção à saúde de seus trabalhadores.

12. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

a) Os preços usados na elaboração do orçamento se mantiveram em estrita conformidade com as composições de preços e encargos sociais de sua origem;

b) Os encargos sociais SINAPI, anexos a planilha orçamentária, só foram utilizados nas composições de preço da base SINAPI;

c) Para elaboração da proposta de preço, a empresa deverá usar preferencialmente o encargo social SINAPI do período da licitação ou, caso possua, deverá apresentar seu próprio cálculo de encargo social;

d) Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, Normas Específicas, Legislação em vigor, Especificações, Considerações Especiais e Planilhas Orçamentárias.

e) Ao final da fase de lances, **a empresa arrematante**, quando convocada para apresentação da proposta realinhada, deverá encaminhar à Administração, por meio eletrônico e no prazo fixado na convocação e nesse edital, as planilhas devidamente reelaboradas: Planilha de orçamento, Composição dos custos unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.).

As planilhas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente em:

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

- I – em arquivo PDF pesquisável (OCR), a ser anexado na plataforma eletrônica; e
II – em arquivo editável em formato Excel, a ser encaminhado, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao.obras@camacari.ba.gov.br.

O não atendimento integral das exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta e a convocação do próximo licitante classificado, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

e) As composições e a planilha de preços unitários devem ser calculadas de forma que os valores totais referentes às parcelas que as compõem sejam obtidos com arredondamento em 02 (duas) casas decimais.

f) A composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deverá ser elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, com arredondamento de 02 (duas) casas decimais, e sua composição deverá seguir também a determinação da Lei Federal n.º 14.973 de setembro de 2024.

g) Percentual de ISS indicado no modelo de composição de BDI, considerando as margens de alíquota previstas no Código Tributário Municipal, consideradas as possíveis deduções. Deste modo, em conformidade ao Acórdão 2622/2013 – Plenário, a Licitante deve indicar no seu BDI, percentual de custo com ISS, observando a alíquota que lhe é pertinente. A sua base de cálculo efetiva, deverá estar embasada na legislação municipal aplicável, e em sua realidade de custos com este tributo, considerando inclusive sua opção quanto a deduções ou não de materiais, vedada a alteração de critério durante a execução do Contrato sob pena de imposição de sanções previstas no instrumento contratual.

h) Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários, inclusive as remunerações decorrentes da prestação serviço em horas extras por parte dos empregados da Contratada, além de encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos, epi's e de terceiros. Deverão estar incluídos ainda valores com organização de CIPA e demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados.

i) O reajustamento quando ocorrer, terá a data-base do orçamento da licitação como referência, conforme previsto na Lei 14.133/21.

13. SANÇÕES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, de qualquer cláusula ou condições do CONTRATO, e demais normas técnicas pertinentes, a CONTRATADA sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções que poderão ser cumulativas nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública, e rescisão do CONTRATO, tudo em acordo com a Lei nº 14.133/2021. A CONTRATADA, após a fase da adjudicação e celebração do CONTRATO, havendo descumprimento deste, fica sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021. As infrações serão consideradas reincidentes se no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da última sanção administrativa, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo aplicação em dobro das multas correspondentes.

O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como por infringência das obrigações contratuais, ensejará a aplicação de multas.

Eng.^a Iris Dantas Miranda
Diretoria de Licitações
Mat. 838278

PROJETO BÁSICO Nº 051/2026

ANEXO – PROJETO PADRÃO PAVIMENTAÇÃO

- 01-08 PAVIMENTO EM CONCRETO NATURAL
- 02-08 PAVIMENTO EM CONCRETO PIGMENTADO
- 05-08 PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO
- 06-08 PAVIMENTO EM BLOCO INTERTRAVADO PARA VIA
COMPARTILHADA